



# CÂMARA DOS DEPUTADOS

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO**  
**Nº 3492, de 2018**

**Da Sra. Deputada JÔ MORAES**  
**ao**  
**MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, PORTOS E**  
**AVIAÇÃO CIVIL**



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº

3492/2018

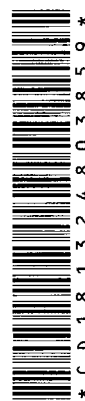
(Da Sra. Deputada JÔ MORAES)

Solicita informações ao Senhor Ministro de Estado de Transportes, Portos e Aviação Civil, Sr. Valter Casimiro, acerca do estudo preliminar feito pela empresa *Estação da Luz Participações Ltda*, sobre a concessão de Ferrovia Greenfield.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 50 da Constituição Federal e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja encaminhado ao Exmo. Senhor Ministro de Estado de Transportes, Portos e Aviação Civil, Sr. Valter Casimiro, o presente requerimento para que sejam prestados os esclarecimentos que se seguem:

1. As audiências que seriam realizadas nos municípios de Itaituba/PA e Novo Progresso/PA foram canceladas, conforme comunicado divulgado pela ANTT dia 25/10/17. O prazo de realização dessas audiências terminou no dia 29/01/2018. Porém o Diretor Geral da ANTT assumiu o compromisso de reagendar todas as Audiências canceladas. Não recebemos informações sobre a remarcação destas. Essas Audiências serão reagendadas ou foram canceladas definitivamente?
2. Qual a situação atual do processo de concessão da EF-170 e quais são as próximas etapas?

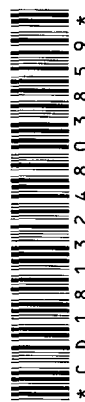


Handwritten signature



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

3. No dia 12 de dezembro de 2017, durante a Sessão Pública realizada em Brasília, o Diretor Geral da ANTT assumiu o seguinte compromisso: "Vamos voltar a agendar as Audiências Públicas que foram canceladas, os estudos vão ser aprofundados ao máximo para que fique bem claro e atenda ao povo brasileiro. Todas as reivindicações serão respondidas. Vamos fazer quantas Audiências forem necessárias. Vamos ouvir todas as comunidades, não só as indígenas. Todo mundo será ouvido antes de mandarmos (o edital) para o TCU". Diante dessa afirmação, solicitamos esclarecimentos sobre quando serão realizadas as Audiências Públicas canceladas e quando serão publicados os estudos aprofundados.
4. É sabido que a construção da Ferrogrão tem impactos diretos em comunidades indígenas tanto no Estado do MT quanto no PA. A Convenção n. 169 da OIT garante o direito à consulta livre, prévia e informada sobre decisões administrativas que possam ter impactos sobre seu modo de vida. Isso posto, Vossa Excelência e a ANTT pretendem cumprir o que diz a referida Convenção? Caso afirmativo quando e de que forma isso será feito?
5. A ANTT pretende enviar a minuta de edital de concessão ao TCU antes de publicar os novos estudos aprofundados conforme prometido pelo Diretor Geral?
6. A ANTT pretende enviar a minuta de edital de concessão ao TCU antes de voltar a agendar as Audiências Públicas que foram canceladas, conforme prometido pelo Diretor Geral?
7. A ANTT pretende enviar a minuta de edital de concessão ao TCU antes de cumprir os procedimentos determinados pela Convenção n.169 da OIT?





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

8. De que forma foi custeado o estudo/proposta preliminar da EF-170? O estudo/proposta foi apresentado por qual empresa? Houve algum tipo de consórcio ou parceria entre mais de uma empresa para realização e custeio da proposta? Em caso afirmativo, quais foram essas empresas?
9. Solicitamos ainda o envio de cópia de todos os processos e de todos os documentos que envolvem a concessão da EF 170 (chamada de Ferrogrão), inclusive aqueles relacionados à apresentação da proposta e aos estudos preliminares.

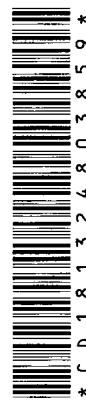
### JUSTIFICAÇÃO

A Agência Nacional de Transportes (ANTT) abriu a Audiência Pública n. 14/2017 no dia 30 de Outubro de 2017, com o objetivo de “colher subsídios, com vistas ao aprimoramento da Minuta de Edital e dos Estudos Técnicos que se prestarão a disciplinar as condições em que se dará a concessão de ferrovia greenfield compreendida entre os municípios de Sinop/MT e Itaituba/PA, projeto integrante do Programa de Parcerias de Investimentos do Governo Federal”. As audiências seriam realizadas em 5 locais, entre os meses de novembro e dezembro de 2017.

Entretanto, a ANTT divulgou um comunicado no dia 25 de outubro de 2017, de que as audiências nos municípios de Itaituba/PA e Novo Progresso/PA seriam canceladas, enquanto as outras 3 (três) audiências seriam realizadas, porém em localidades que não serão afetadas diretamente pela construção da ferrovia.

Foi afirmado, pelo Diretor Geral da ANTT, na Audiência Pública de Brasília:

“Vamos voltar a agendar as audiências públicas que foram canceladas, os estudos vão ser aprofundados ao máximo para que fique bem claro e atenda ao povo brasileiro. Todas as reivindicações serão respondidas.





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Vamos fazer quantas audiências forem necessárias.  
Vamos ouvir todas as comunidades, não só as indígenas.  
Todo mundo será ouvido antes de mandarmos (o edital)  
para o TCU".

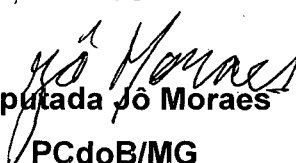
Além do compromisso público feito pelo Diretor Geral da ANTT, foi elaborado um documento na mesma data pelo Presidente da Audiência Pública, Sr. Alexandre Porto e os representantes das comunidades indígenas ali presente, reafirmando o compromisso da ANTT em cumprir a Convenção n. 169 da OIT antes do envio de qualquer proposta ao Tribunal de Contas da União.

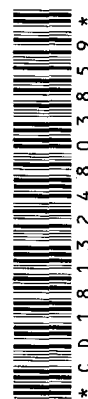
O prazo das audiências acabou no dia 29/01/2017, porém a ANTT, até o presente momento, não divulgou informações sobre possíveis reagendamentos das audiências nos municípios onde foram canceladas e, tampouco, se irá marcar novas em todos os municípios impactados pela Ferrogrão. Diante do silêncio da Agência, há enorme risco de que os acordos sejam descumpridos e o processo seja enviado ao TCU sem que os direitos das populações afetadas sejam garantidos.

Outro ponto que afeta diretamente os impactos da construção da referida ferrovia são os estudos preliminares, principalmente as análises de impacto ambiental, que devem ser solicitadas pelas empresas de logística envolvidas pelo IBAMA previamente à elaboração do plano de execução. Dessa forma, a solicitação de informações desse requerimento sobre o estudo preliminar feito pela empresa *Estação da Luz Participações Ltda* tem como objetivo avaliar se este foi feito de acordo com as melhores práticas e a legislação vigente.

17 ABR. 2018

Sala das Sessões, de de 2018.

  
Deputada Jô Moraes  
PCdoB/MG





CÂMARA DOS DEPUTADOS

18/04/2018  
16:14

## **MESA DIRETORA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**

### **DESIGNAÇÃO DE RELATOR**

Designo relator da seguinte proposição o senhor Deputado Fábio Ramalho, Primeiro Vice-Presidente.

**RIC 3.492/2018** - da Sra. Jô Moraes - que "Solicita informações ao Senhor Ministro de Estado de Transportes, Portos e Aviação Civil, Sr. Valter Casimiro, acerca do estudo preliminar feito pela empresa Estação da Luz Participações Ltda, sobre a concessão de Ferrovia Greenfield. "



## REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº 3492/2018

**Autor:** Deputada Jô Moraes - PCdoB/MG

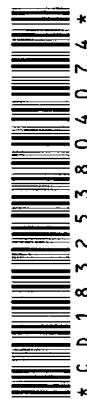
**Destinatário:** Ministro de Estado dos Transportes, Portos e Aviação Civil

**Assunto:** Solicita informações ao Senhor Ministro de Estado de Transportes, Portos e Aviação Civil, Sr. Valter Casimiro, acerca do estudo preliminar feito pela empresa Estação da Luz Participações Ltda, sobre a concessão de Ferrovia Greenfield.

**Despacho:** O presente requerimento de informação está de acordo com a Constituição Federal, artigo 50, § 2º, e com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, artigos 115 e 116. Dispensado o relatório em conformidade com o § 1º do artigo 2º do Ato da Mesa nº 11/1991, o parecer é pelo **encaminhamento**.

Primeira-Vice-Presidência, em de de 2017

  
Fábio Ramalho  
Primeiro-Vice-Presidente





Câmara dos Deputados

## **RIC 3.492/2018**

**Autor:** Jô Moraes

**Data da  
Apresentação:** 17/04/2018

**Ementa:** Solicita informações ao Senhor Ministro de Estado de Transportes, Portos e Aviação Civil, Sr. Valter Casimiro, acerca do estudo preliminar feito pela empresa Estação da Luz Participações Ltda, sobre a concessão de Ferrovia Greenfield.

**Forma de  
Apreciação:** .

**Texto  
Despacho:** Aprovação pelo Presidente, Dep. Rodrigo Maia, "ad referendum" da Mesa, do parecer do senhor Deputado Fábio Ramalho, Primeiro Vice-Presidente, pelo encaminhamento.

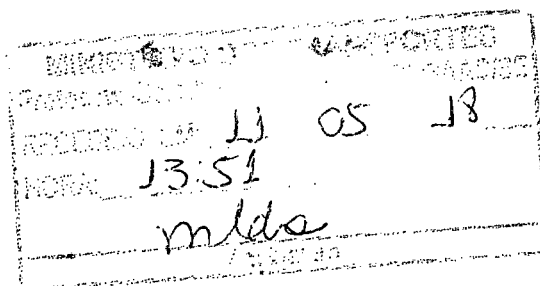
**Regime de  
tramitação:** .

**Em** 30/04/2018

  
**RODRIGO MAIA**  
Presidente da Câmara dos Deputados



60CA6D6E01



Ofício 1ªSec/RI/E/nº 2167 /18

Brasília, 10 de maio de 2018.

A Sua Excelência o Senhor

**VALTER CASIMIRO SILVEIRA**

Ministro de Estado dos Transportes, Portos e Aviação Civil

Assunto: **Requerimento de Informação**

RECEBI NESTA DATA A PRESENTE DOCUMENTAÇÃO.
EM _____/_____/_____
Nome por extenso e legível
_____
Ponto: _____

Senhor Ministro,

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, encaminho a Vossa Excelência cópia(s) do(s) seguinte(s) Requerimento(s) de Informação:

PROPOSIÇÃO	AUTOR
Requerimento de Informação nº 3488/2018	Professora Dorinha Seabra Rezende
Requerimento de Informação nº 3490/2018	Luizianne Lins
Requerimento de Informação nº 3492/2018	Jô Moraes
Requerimento de Informação nº 3493/2018	Jhc

Por oportuno, solicito, na eventualidade de a informação requerida ser de natureza sigilosa, seja enviada também cópia da decisão de classificação proferida pela autoridade competente, ou termo equivalente, contendo todos os elementos elencados no art. 28 da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), ou, caso se trate de outras hipóteses legais de sigilo, seja mencionado expressamente o dispositivo legal que fundamenta o sigilo. Em qualquer caso, solicito ainda que os documentos sigilosos estejam acondicionados em invólucro lacrado e rubricado, com indicação ostensiva do grau ou espécie de sigilo.

Atenciosamente,

Deputado **GIACOBBO**  
Primeiro-Secretário

- NOTA: os Requerimentos de Informação, quando de autorias diferentes, devem ser respondidos separadamente.

<b>SECRETARIA-SECRETARIA</b>	
[ ] Recebido nesta Secretaria com a impressão ou aparência de tratar-se de conteúdo de caráter sigiloso, nos termos do Decreto n. 7.845, de 14/11/2012, do Poder Executivo.	
Em 31/06/18	às 11h08
<i>[Assinatura]</i> Servidor	7396 Ponto
<i>[Assinatura]</i> Portador	

**AVISO Nº 52/2018/ASPAR/GM/MTPA**

Brasília, de 19 de junho de 2018.

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado **GIACOBO**  
Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

**Assunto: Requerimento de Informação nº 3.492/2018, de autoria da Deputada Jô Moraes.**

Senhor Secretário,

Reporto-me ao Ofício 1ª Sec/RI/E/nº 2.107, de 10 de maio de 2018, no qual Vossa Excelência encaminha o Requerimento de Informação nº 3.492/2018, de autoria da Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG), apresentado em 17 de abril de 2018, que requer informações acerca do estudo preliminar feito pela Empresa Estação da Luz Participações Ltda sobre a concessão de Ferrovia Greenfield.

A respeito, encaminho, para o conhecimento do ilustre Secretário, o Ofício nº 83/2018/ASPAR/ANTT, de 3 de maio de 2018, elaborado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres, o Memorando nº 73/2018/SUFER, de 30 de abril de 2018, da Superintendência de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas, daquela Agência, e *pen drive* com cópias dos processos relativos à concessão da EF-170 (Ferrogrão), contendo os esclarecimentos sobre o assunto em questão.

Atenciosamente,

  
**VALTER CASIMIRO SILVEIRA**  
Ministro de Estado dos Transportes,  
Portos e Aviação Civil



**AGÊNCIA NACIONAL DE  
TRANSPORTES TERRESTRES**

Assessoria de Relações Parlamentares - ASPAR  
SCES Trecho 03, Lote 10, Projeto Orla, Polo 08 - Bloco E, 3º andar  
Brasília/DF – CEP: 70.200-003  
(61) 3410-1841

Ofício nº 83/2018/ASPAR/ANTT

Brasília, 03 de maio de 2018.

A Sua Senhoria o Senhor  
**CARLOS HENRIQUE SILVA SANTOS**  
Chefe da Assessoria Parlamentar  
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil  
Brasília – DF

**Assunto: Requerimento de Informação nº 3.492/2018, de autoria da Deputada Jô Moraes**

Senhor Chefe,

1. Em atenção ao Ofício nº 395/2018/ASPAR/GM, de 18/4/18, no qual Vossa Senhoria solicita informação sobre o Requerimento supramencionado, encaminho em anexo, cópia do Memorando nº 73/2018/SUFER, de 30/4/18, da Superintendência de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas – SUFER, com manifestação desta Agência sobre o assunto.

Atenciosamente,

**MARIA ALICE NASCIMENTO SOUZA**  
Assessora de Relações Parlamentares

I - SEI nº 0889806



Superintendência de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas - SUFER  
Telefone: (61) 3410-1802 - e-mail: sufer@antt.gov.br

**Memorando nº 073/2018/ SUFER**

Brasília-DF, 30 de abril de 2018.

**À  
ASPAR**

**Assunto:** Requerimento de Informação nº 3.492/2018 e autoria do Deputado Jô Moraes.

**Referência:** Papeleta ASPAR nº 0104/2018/SUFER. Ofício nº 395/2018/ASPAR/GM

Senhora Assessora,

1. Reporto-me ao Ofício nº 395/2018/ASPAR/GM, de 18.04.2018, que solicita manifestação desta Agência Reguladora ao Requerimento de Informação nº 3492/2018 de autoria do Deputado Jô Moraes, que requer informações acerca do estudo preliminar feito pela empresa Estação da Luz Participações Ltda., sobre a concessão de Ferrovia Greenfield, encaminhado pela Papeleta ASPAR nº 0104/2018/SUFER, para expor o quanto se segue:
2. No que tange ao questionamento nº 1 do supracitado Requerimento, informa-se que não obstante o Aviso de Audiência Pública constar que seriam realizadas sessões públicas em Cuiabá, Belém e Brasília, por meio do Comunicado Relevante nº 2, a ANTT estabeleceu nova programação contemplando as cidades paraenses de Itaituba e Novo Progresso.
3. Registre-se que em Belém, a sessão presencial foi realizada com sucesso, com 07 manifestações orais e 1 escrita.
4. Todavia, em Itaituba em face do clima de hostilidade diante da manifestação dos índios de etnia Munduruku, foi necessário cancelar as audiências públicas em Itaituba e Novo Progresso, por motivo de segurança dos participantes.
5. Cabe destacar que a ANTT buscando dialogar com a sociedade, e em atendimento ao compromisso firmado pelo Diretor Geral desta Agência, retornou uma vez mais a Itaituba, em 18/01/2018, para realizar reunião com lideranças indígenas, Prefeitura Municipal, empresários da



Superintendência de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas - SUFER  
Telefone: (61) 3410-1971 - e-mail: [sucar@antt.gov.br](mailto:sucar@antt.gov.br)

região, Vereadores, e sociedades de classe regionais, para apresentar o projeto objeto da AP nº 14/2017 e colher subsídios. Entretanto, mais uma vez, diante do clima de hostilidade dos índios Munduruku, bem como pelos dizeres do representante daquela municipalidade, que conforme registrado, não foi nada receptiva, decidiu-se pelo encerramento da reunião.

6. Insta registrar, que todas as informações relativas à Audiência Pública nº 14/2017 encontram-se disponíveis no sítio eletrônico da Agência. Registre-se, ainda, que os formulários para contribuições ficaram disponibilizados no site da ANTT pelo período de 30.10.2017 a 29.01.2018, e, portanto, não há que se falar em prejuízo à sociedade acerca do processo em comento.

7. Quanto ao questionamento de nº 2 do mesmo documento, aduz-se que o processo, atualmente, encontra-se na fase de elaboração do Relatório Final pela Unidade Técnica. As próximas etapas são as seguintes: (i) encaminhamento dos autos para competente apreciação e manifestação da Unidade Jurídica desta Agência; (ii) deliberação pela Diretoria Colegiada da Agência; (iii) envio dos Estudos Técnicos e Documentos Jurídicos (minutas de edital e de contrato) ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil – MTPA para proceder aos ajustes por meio do Procedimento de Manifestação de Interesse – PMI e, por conseguinte, aprovação do Plano de Outorgas; (iv) encaminhamento dos autos para apreciação prévia do Tribunal de Contas da União.

8. No que tange ao quesito de nº 3, repise-se que as sessões públicas foram canceladas por motivo de ordem e segurança de seus participantes, e que até o presente momento, as sessões públicas canceladas não serão reprogramadas, uma vez que não houve prejuízo à discussão em comento. Informa-se, ainda, que tão logo os estudos estejam ajustados e concluído o Relatório Final da Audiência Pública nº 014/2017, esses serão disponibilizados no sítio eletrônico da ANTT, para consulta.

9. Quanto ao questionamento de nº 4 do Requerimento de Informação, informa-se que a Convenção 169 da OIT não se encontra regulamentada, no âmbito da Administração Pública Federal, como se dá o procedimento e nem os prazos para tanto, tão pouco sobre qual órgão é responsável pela consulta prévia que dispõe aquela Convenção.



Superintendência de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas - SUFER  
Telefone: (61) 3410-1971 - e-mail: [sucar@antt.gov.br](mailto:sucar@antt.gov.br)

10. Importa destacar, que a Convecção 169 da OIT não se confunde com o disposto no art. 68 da Lei nº 10.233, de 2001, acerca da competência da ANTT para realizar Audiências Públicas.

11. Sobre o questionamento do item nº 5, aduz-se que os autos serão encaminhados ao Tribunal de Contas da União - TCU somente após todos os ajustes, indicados no Relatório Final da AP nº 014/2017, acerca dos Estudos Técnicos e Documentos Jurídicos (minuta de edital e de contrato) serem realizados.

12. Quanto ao questionamento de nº 6, informa-se que sim, os autos seguirão completos para o TCU, bem como que não se pretende, até o presente momento, reprogramar novas Audiências Públicas.

13. Acerca do questionamento do item de nº 7, já se encontra respondido nos itens 8, 9 e 10 deste documento.

14. No que tange ao quesito do item 8, registre-se que tendo em vista que os estudos da EF-170 foram elaborados por meio de Procedimento de Manifestação de Interesse – PMI com supervisão do MTPA, somente caberá àquela pasta ministerial se manifestar sobre o assunto em tela.

15. Por fim, quanto ao quesito de nº 9 encaminha-se, em anexo, *pen drive* com cópias dos processos solicitados relativos à concessão da EF-170 (Ferrogrão).

Atenciosamente,

**Alexandre Porto Mendes de Souza**

Superintendente de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas

CADASTRADO	
SEI:	
DATA:	/ /
NOME:	
COADI/ASSAD/GM-MTPA	

CADASTRADO	
SEI:	50000 014575/2018-15
DATA:	03/11/18
NOME:	Kleber
COADI/ASSAD/GM-MTPA	



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
PRIMEIRA-SECRETARIA

Ofício 1ªSec/RI/II/nº 2316 /18

Brasília, 26 de junho de 2018.

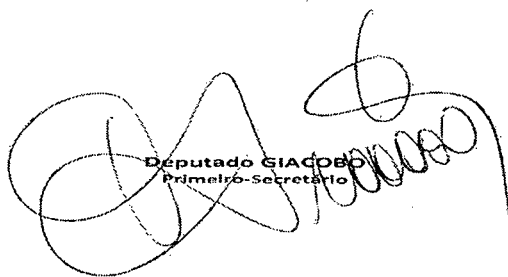
Exma. Senhora Deputada  
JÔ MORAES  
Gabinete 322 – Anexo 4

Assunto: **resposta a Requerimento de Informação**

Senhora Deputada,

Encaminho a Vossa Excelência cópia do Aviso nº 52/2018/ASPAR/GM/MTPA, de 20 de junho de 2018, do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3492/2018**, de sua autoria.

Atenciosamente,

  
Deputado GIACOMO  
Primo-Secretário

RECEBI NESTA DATA A PRESENTE DOCUMENTAÇÃO.
EM 26 / 06 / 2018
Nome por extenso e legível: Camila Lima
Ponto: P. 256 623

